

LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA: DESAFIOS E CAMINHOS POSSÍVEIS

Maria Liliane Borges da Silva
Universidade Estadual do Ceará

INTRODUÇÃO

Há muito se discute a inevitável e nem sempre pacífica relação entre educação e literatura. A leitura de textos literários aciona a nossa imaginação, possibilita o desenvolvimento da reflexão e de uma melhor compreensão de nosso interior e do mundo. Tal leitura deve ser de fruição, mas o que se observa em sala de aula, muitas vezes, é a leitura como uma atividade imposta ou condicionada a outras tarefas.

Em virtude disso, é pertinente discutir como se dá a relação literatura/escola, como a literatura tem sido trabalhada em sala de aula, como o texto literário pode ser abordado em sala de aula, de modo que a leitura seja um momento de deleite, mas também uma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Este texto busca refletir acerca da necessidade de pedagogia e literatura, atuarem como parceiras, transformando a escola em um espaço de estímulo à leitura, à formação de leitores. É preciso que a literatura seja difundida na escola, tendo em vista a necessidade de formarmos leitores críticos.

Inicialmente, serão apresentadas algumas considerações sobre a leitura, enquanto prática social, entendida como um processo de interação, que envolve não somente o texto, mas o leitor e seu contexto. Para isso, utilizamos como referências teóricas: Antunes (2003, 2009), Marcuschi (2008) e Jouve (2002).

Posteriormente, será abordado o caráter pedagógico atribuído à literatura ao longo dos anos, como esta tem sido trabalhada no ambiente escolar e como se dá o processo de escolarização da literatura. Para tanto, nos apoiamos principalmente nos estudos de Yunes (1984), Zilberman (1990) e Soares (1999).

Em seguida, pretende-se refletir sobre a necessidade de o texto literário ser amplamente explorado, numa leitura plena, que vai além de uma compreensão literal, que mobiliza saberes, contribuindo para a formação de leitores com visão crítica.

UM OLHAR SOBRE A LEITURA

É por meio da leitura que temos acesso à palavra escrita, através da qual se registra todo o acervo cultural de uma sociedade. Pela leitura, temos acesso a novas informações, que possibilitam a ampliação da nossa visão de mundo e de nós mesmos. Ter o domínio da leitura é uma maneira de inserir-se no mundo, favorecendo a nossa capacidade de reflexão, de análise, de fazer inferências.

Conforme Irandé Antunes (2003), a leitura garante acesso a três possibilidades de formação de competências: o acesso ao conhecimento produzido; ao prazer estético; às especificidades da escrita. O primeiro ponto diz respeito à ampliação do conjunto de informação do leitor que, através da leitura, pode adquirir novos conhecimentos, novos conceitos, principalmente, através da leitura de textos de outras disciplinas (Geografia e História, por exemplo). O segundo ponto trata do ato da leitura por fruição, ler por prazer, para deleitar-se sem que haja nenhuma cobrança ou finalidades de estudos gramaticais. Já o terceiro ponto diz respeito ao conjunto de normas e particularidades típicas da escrita, cuja compreensão é possibilitada pela leitura. É o acesso à palavra escrita que possibilitará o desenvolvimento e a aprendizagem da linguagem formal. Assim, a leitura associa-se a poder, uma vez que é condição imprescindível para o pleno exercício da cidadania.

É sabido que a escola é a principal responsável pelo desenvolvimento da leitura e do hábito de ler, mas anualmente o resultado de pesquisas aponta que a escola não tem atendido satisfatoriamente a esse pressuposto. Irandé Antunes (2009) reforça que esse fracasso da escola em sua função de formar leitores transforma em privilégio de poucos, o acesso à leitura e à competência de textos escritos. Assim, as pessoas que pertencem às classes sociais menos favorecidas são privadas de um direito que é de todos, tornam-se analfabetos plenos ou analfabetos funcionais. Conseqüentemente, esses “não leitores” tornam-se excluídos da sociedade, incapazes de exercer plenamente a cidadania. Por outro lado, isso não implica em atribuir à escola exclusividade na tarefa de desenvolvimento de apreço à leitura, visto que outras instituições sociais podem intervir. Dentre estas, destaca-se a família, pois como sabemos, a vivência no ambiente familiar precede a experiência escolar. É primeiramente em casa que ocorre o convívio inicial da criança com materiais escritos. Nessa perspectiva, o estímulo à leitura ocorreria, se a escola envolvesse a família nas atividades de ensino e a família correspondesse, participando ativamente.

Tratamos aqui da leitura enquanto prática social, o que implica uma abordagem da “linguagem como interação entre sujeitos em sociedade” (BUNZEN, 2006, p.25). Assim, compreender é uma ação que se faz com o outro em um espaço social. A compreensão da leitura não pode limitar-se ao que está na superfície do texto, considerando-o como um código a ser decodificado.

De acordo com essa abordagem, Marcuschi (2008, p. 228) conceitua o ato de ler como “um ato de produção e apropriação de sentido”, que envolve a atuação do leitor, construindo sentidos conforme a sua experiência, mas que também não é uma atividade individual. Trata-se, portanto, de uma leitura que mobiliza diversos elementos, englobando autor, leitor, texto e contexto.

Para que a leitura faça sentido para o leitor, este precisa sentir-se parte dela, reconhecer-se nela, construindo, assim, conhecimento e transformando-o em sabedoria. Essa relação interativa entre o texto e o leitor é analisada por Vincent Jouve (2002), que reforça a necessidade de contribuição do leitor na construção do sentido do texto. Através da capacidade de antecipação, o leitor levanta hipóteses acerca do texto, fazendo previsões sobre o mesmo e, assim, delimita seu espaço na concretização do sentido.

Com isso, percebemos a importância de desenvolver no aluno a capacidade de pensar, de ler criticamente, de expressar-se, de atuar como sujeito ativo, mobilizando conhecimentos prévios no processo de compreensão. Assim, o leitor faz uso de sua história, seus conhecimentos pessoais num jogo de formulação e reformulação de interpretações.

Toda essa discussão, evidentemente, tem implicações pedagógicas, pois desenvolver o gosto pela leitura é tarefa que a escola precisa priorizar. Conforme lembra Irandé Antunes (2009), o gosto pela leitura literária só se desenvolve por meio do fascínio. Entretanto, esse estado só pode ser alcançado, se houver estímulo em sala de aula, se houver oportunidades em que o aluno possa ter contato com diferentes gêneros literários, numa abordagem que promova o encantamento, mas também o desenvolvimento da capacidade interpretativa.

Neste contexto é pertinente a reflexão sobre como a literatura tem sido abordada em ambiente escolar, visto que a escola é espaço de leitura, que deve propiciar ao aluno o contato com diversos tipos de gêneros textuais, incluindo os literários.

A LEITURA LITERÁRIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A utilização da literatura com fins pedagógicos iniciou-se há muitos anos, antes mesmo do surgimento formal da escola. Conforme afirma Eliana Yunes (1984, p.123), de início, para ter seu espaço na sociedade, a poesia deveria ajudar na formação humana, assim, “toda arte só interessaria à sociedade quando pudesse referendar o centramento ideológico”.

A esse respeito, fala-nos Regina Zilberman, em *Sim, a literatura educa* (1990, p. 13): o Estado “apelava à poesia, para fornecer à comunidade os padrões de que essa necessitava”. Para isso, eram realizados festivais de declamação de epopéias homéricas, torneios públicos, ratificando a importância que o teatro constitui para os gregos. Somente séculos depois é que a literatura passou a ter esse nome, mas sempre mantendo o caráter formativo.

Foi também na Antiguidade greco-romana que surgiu a escola, enquanto espaço para aprendizagem, e foi a partir do século XVIII que a escolarização tornou-se obrigatória, institucionalizando o ensino. É nesse espaço que a criança terá contato com o texto escrito e terá acesso à cultura imposta pelo Estado e à língua (enquanto representação social), veiculadas através da literatura. Desse modo, a literatura (infantil) transformou-se em instrumento educativo, corporificando a ideologia dominante, perdendo suas características enquanto arte. Na verdade, a literatura deveria ser instrumento para romper as ideologias, questionar os valores impostos, pois, como afirma Eliane Yunes (1984, p. 127), “a leitura é provocação do leitor que exige dele uma tomada de atitude (de consciência)”, fazendo-o distanciar-se do senso comum e da passividade, transformando-o em um produtor de sentidos.

A escola é um espaço privilegiado para despertar na criança, no jovem ou no adulto, o gosto pela leitura literária, mas, de modo geral, ensina a leitura de modo mecânico e acaba por afastar a criança do texto, através de uma escolarização inadequada da literatura. Nesse processo, a escola, ao apropriar-se da literatura, desfigura-a, distorce-a.

Para Magda Soares (1999), a escolarização da leitura literária ocorre por meio de três instâncias: a biblioteca, a leitura e o estudo de livros de literatura, a leitura e o estudo de textos. A biblioteca, por se constituir um local de guarda dos livros, que ocasiona a seleção dos livros, a orientação seletiva de leitura e a determinação de rituais de leitura, tais como o uso de fichas. A leitura de livros, por sua vez, determinada e orientada por professores, torna-se uma atividade avaliativa, não gratuita, jamais uma leitura por prazer. A leitura de textos apresenta-se de modo ainda mais inadequado na escola, por meio de seleção limitada de

autores e obras; seleção de fragmentos de textos (sem textualidade e coerência); transferência do texto para o livro didático sem que sejam respeitadas as características fundamentais da obra; leitura com objetivo de estudo textual, sem atentar para a literariedade do texto.

Assumimos com Soares (1999) a ideia de que a escolarização da literatura é inevitável e não constitui erro, pois é próprio da escola escolarizar conhecimentos. O que se torna prejudicial é o uso inadequado do texto literário, deturpado, fragmentado. Nesse sentido, compete ao professor o desafio de transcender os limites impostos pela didatização da literatura, buscando meios que colaborem para que a leitura literária seja uma prática prazerosa, mas também reconhecendo a leitura como um instrumento de cidadania.

LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA: CAMINHOS POSSÍVEIS

Conforme destacou Candido (2004), a literatura é um direito humano indispensável e fator de humanização, ou seja, tem uma função que confirma a humanidade do homem. Assim, negar a fruição da literatura significa recusar a humanidade. Daí a necessidade de o direito à arte e à literatura ser defendido no ambiente escolar, visto que a nossa sociedade, marcada pela desigualdade, impede que os bens culturais sejam difundidos junto às esferas populares. Além disso, é preciso considerar que a escola, muitas vezes, é o único espaço em que a criança tem acesso à literatura.

Se por um lado, há a necessidade de democratização do acesso ao texto literário na escola, por outro, é preciso preservar as suas especificidades, enquanto veículo de arte. Nesse sentido, o professor exerce papel fundamental, devendo atuar como facilitador das práticas de leitura, que compreende o texto como instrumento de diálogo, por meio do qual se compartilham experiências e visões de mundo. Para isso, deve propor atividades que possibilitem uma análise mais profunda do texto, o que implica ir além dos exercícios propostos nos livros didáticos; não impor respostas e interpretações tidas como certas, em um jogo de poder que considera a criança como um mero receptor, pois “a leitura é, de fato, um ato solitário, mas a interpretação é um ato solidário” (COSSON, 2006, p. 21).

Outro aspecto importante é que, ao realizar a leitura literária por fruição, não se deve abrir mão de um acompanhamento a ser feito pelo professor, pois como afirma Candido (2004, p.176), a literatura traz em si “o que chamamos o bem e o que chamamos o mal”. Desse modo, há de se considerar a maturidade leitora do aluno e criar atividades que

possibilitem reflexão crítica sobre o texto lido, tornando-o significativo, o que possibilitaria desenvolver no aluno a capacidade de apontar os pontos positivos e negativos da obra lida.

Como defende Cosson (2006, p. 29), “se quisermos formar leitores capazes de experienciar toda a força humanizadora da literatura, não basta apenas ler”, o texto literário deve ser amplamente explorado, através da criação de espaços para reflexões, possibilitando ao leitor o entendimento de si mesmo, a ampliação da visão do mundo. Essa ideia é corroborada por Yunes (1989, p. 132), quando reforça que a escola precisa descobrir o poder libertador da leitura e assim, afinada com o projeto de libertação do sujeito, “pode superar o vício pragmático de origem, sendo a literatura na escola o elemento desalienador do ensino”.

Nessa perspectiva, destacamos a importância de uma abordagem do texto que priorize o estudo dos aspectos literários (narrador, personagem, tempo, dentre outros), mas também a análise de aspectos simbólicos, as metáforas, as analogias. Trata-se, pois, de uma leitura que possibilita o estímulo à capacidade interpretativa, indo além do que é literal, do que está dito superficialmente, mas que atenta ao que está nas estrelinhas. Em suma, é explorar toda a riqueza expressiva do texto literário, numa interação entre o leitor, o texto e o contexto, numa leitura do texto, mas também do mundo.

Nesse sentido, para a compreensão serão fundamentais todas as informações prévias dos alunos, decorrentes de suas vivências no mundo. Assim, em um processo interativo em que o leitor exerce participação decisiva, compartilhando conhecimentos por meio de textos, se dará a compreensão. Essa bagagem de conhecimento deve ser valorizada pela escola, cuja função consiste em ampliar esse saber.

Luciano Oliveira Amaral, em *Coisas que todo professor de português precisa saber* (2010), apresenta importantes contribuições acerca do ato de ler e do ensino de leitura. O autor destaca a necessidade de realização de atividades de pré-leitura e mostra diversas estratégias que podem ser utilizadas também para a leitura de textos literários. O professor, enquanto mediador do desenvolvimento da competência de leitura, deve ajudar seus alunos a se prepararem para a leitura do texto selecionado. Isso pode ser realizado por meio de exposições sobre o tema feitas pelo professor, um debate entre os alunos, enfim, atividades que possam colaborar para a ativação do vocabulário, necessário à interpretação. Somente assim, com o aluno sentindo-se sujeito atuante no processo de leitura, o sentido do texto será alcançado.

CONCLUSÃO

Do exposto, destacamos a necessidade de a leitura tornar-se prioridade no espaço da sala de aula, em um ensino que não se detenha unicamente no ensino de gramática, tendo em vista que a leitura propicia o desenvolvimento da capacidade de o aluno compreender a si mesmo e o seu entorno. A leitura nos permite acesso às informações que nos circundam e colabora gradativamente para a nossa inserção social.

No que concerne especificamente à leitura literária, importa reconhecer a necessidade de democratização do acesso à literatura no ambiente escolar, visto que este acesso constitui um direito humano imprescindível. Por meio da leitura de textos literários temos contato com a ficção, com a fantasia e com a arte. Esse universo está presente em cada um de nós, seja no homem erudito ou no analfabeto, por isso, o acesso à literatura é um direito a ser defendido na escola.

Apesar dos inúmeros problemas causados por uma pedagogização errônea da literatura, essa relação (pedagógico/literário) pode ser fecunda se o espaço escolar for utilizado para uma escolarização adequada da literatura, em que as potencialidades do texto literário são exploradas ao máximo, possibilitando ao aluno a criação de significados para o texto e para si mesmo.

Como vimos, é fundamental que a leitura seja considerada uma atividade de interação (leitor, texto, contexto), que considera a compreensão como um processo cuja construção é coletiva. Nessa atividade, o leitor exerce papel decisivo, colaborando na construção do sentido do texto.

Nesse contexto, entendemos que cabe ao professor uma atuação diferenciada, que crie condições profícuas de contato do aluno com a obra literária, respeitando nesta as suas características essenciais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.

JOUVE, Vincent. *A leitura*. Trad. Brigitte Hervot. São Paulo: UNESP, 2002.

MARCUSCHI, Luís Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola, 2010.

SOARES, Magda. A escolarização da Literatura Infantil e Juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Martins. *Escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

YUNES, Eliana. Literatura e Educação: a formação do sujeito. In: KHÉDE, Sônia Salomão (coord.). *Os contrapontos da Literatura* (arte, ciência e filosofia). Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 1984.

ZILBERMAN, Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro. *Literatura e pedagogia: Ponto e contraponto*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. (Série Contrapontos).